

As línguas indígenas do Brasil

Uma proposta de planejamento linguístico

HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS

O Brasil possui um rico patrimônio cultural material e imaterial, por isso é considerado um país multilíngue e pluricultural. Acredita-se que, em idos de 1.500, antes da “descoberta” e do período colonial, eram faladas, no território brasileiro, mais de mil línguas nativas pelos mais de dois milhões de indígenas que o habitavam, divididos em mais de mil etnias. Na Amazônia, especificamente, eram faladas mais de 700 línguas (Rodrigues 2002). Quando os europeus desembarcaram no Brasil, encontraram os povos que falavam a língua tupinambá, pois, como sinala Rodrigues (2004, 99), no século XVI, a língua dos Tupinambá —povo forte e guerreiro que fez frente a muitas formas de escravidão— era a mais falada da Costa Atlântica. Ela foi designada também por “língua do Brasil”, “língua da terra”, “língua do mar” e, principalmente, “língua brasílica”, ou ainda “Tupi Antigo” ou “Tupi Jesuítico”. Os jesuítas, primeiros educadores dos povos indígenas, aprenderam a língua indígena e, paulatinamente, foram usando a língua nativa para transmitir seus conhecimentos religiosos e realizar o ensino da língua portuguesa.

Durante 250 anos aproximadamente, o português conviveu no Brasil com as línguas indígenas, pois os colonos portugueses eram muito poucos e formavam famílias com mulheres indígenas (não havia mulheres portuguesas), e assim as crianças não aprendiam o português, mas as línguas indígenas. Foram algumas modalidades destas, codificadas pelos jesuítas, nomeadamente o Tupinambá, as que chegaram a ser mais empregadas. Por isso que essa língua acabou ganhando contornos grandiosos na cultura brasileira, uma vez que foi a mais conhecida, estudada e falada pelos primeiros colonizadores, chegando,

mesmo, a ser a língua mais falada no Brasil até o século XVIII, quando o Marquês de Pombal, Secretário de Estado do Reino de Portugal baixo José I (1750-1777), decretou sua proibição e impôs o uso exclusivo do português (Munduruku, 2000: 47).

Portanto, a língua brasileira —ou seja, tupinambá ou tupi jesuítico— teve superioridade de uso em relação à língua portuguesa tanto porque os povos indígenas falantes da língua nativa ocupavam uma grande região do país quanto pelo fato de os jesuítas e os colonos terem levado a língua indígena a outras áreas do Brasil (Azeredo, 1996), pois a política dos religiosos era abrir uma escola onde erguessem uma igreja, assim levantavam o alicerce do ensino pela catequese (Azeredo, 1996). A língua Tupinambá deu origem à Língua Geral Amazônica (LGA), também nomeada Nheengatu, falada atualmente por grupos indígenas da região amazônica, como os Baré, Baniwa e Warekena, pois a primeira colonização linguística na Amazônia foi em Nheengatu. Também deu origem a uma Língua Geral Paulista (LGP), que passou a ser falada pelos bandeirantes a partir do final do século XVII, disseminando-se rapidamente no sul do país. Porém, desapareceu completamente.

Os fatores que levaram a perda linguística no Brasil são linguísticos e não linguísticos, tais como:

- i) epidemias de doenças contagiosas do Velho Mundo, deflagradas involuntariamente ou voluntariamente aos povos nativos;
- ii) campanhas de extermínio ou de caça a escravos, movidas pelos europeus e por seus descendentes e prepostos;

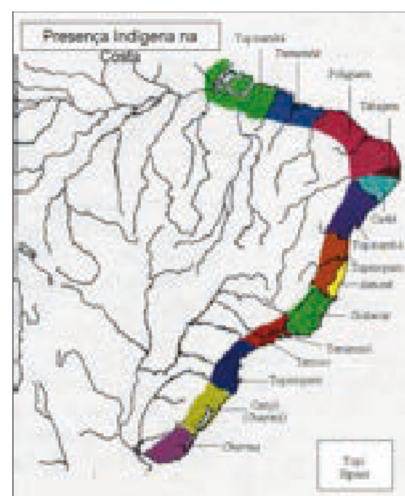
Hellen Cristina Picanço Simas é doutora em **Linguística** pela
Universidade Federal da Paraíba e professora associada na Universidade
Federal do Amazonas.

iii) redução progressiva de seus territórios de coleta, caça e plantio e, portanto, de seu meio de subsistência, ou pela assimilação, forçada ou induzida, aos usos e costumes dos colonizadores.

A perda linguística aconteceu também por:

- i) proibição, em 1758, do ensino e do uso do tupi e instituição do português como única língua do Brasil, pelo governante português Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal;
- ii) deslocamento sociolinguístico: a língua portuguesa se tornou a língua do poder e, por isso, ela tomou o espaço das línguas étnicas. O fenômeno de deslocamento sociolinguístico começou há muitos anos e continua até hoje (Brasil, 1998: 118).

Na Amazônia, a Guerra da Cabanagem foi outro fator que levou a extinção de línguas nativas por mortes de indígenas durante o conflito. Ela foi uma revolta popular do período regencial, que ocorreu entre os anos de 1835 e 1840, na província do Grão-Pará (hoje, estado do Pará), região Norte do Brasil. Segundo Bessa Freire (2003: 111), “[...] os 40.000 mortos apresentados nas estatísticas oficiais, vítimas de cinco anos de repressão (1835-1840) eram, quase todos, usuários das línguas indígenas”. Também ocorreu, no primeiro ciclo da borracha em 1879, a migração de nordestinos para a região da Amazônia para trabalhar no extrativismo (extração do látex). Segundo Nascimento (1998: 3), “no período de 1879 - 1910, o contingente de migrantes não teria sido inferior a meio milhão. Consigo trouxeram a língua portuguesa, fazendo com que o português passasse a ser a língua dominante na Amazônia”.



Outro fator importante que podemos citar para a perda linguística na Amazônia foi a proibição pelos salesianos do uso das línguas indígenas no período de 1916 a 1990: “Os indígenas eram proibidos de falar suas línguas, eram iniciados na religião católica e no aprendizado de hábitos e padrões estranhos à sua cultura” (Baniwa, 2012; 29). Era comum, neste período, os salesianos trazerem crianças indígenas para os internatos, onde ofereciam educação escolar e religiosa; porém proibiram, neste espaço, o uso das línguas indígenas, como também as manifestações tradicionais e culturais dos povos indígenas.

Atualmente a perda linguística ocorre pela crescente escolarização somente em português. Apesar de a Carta Magna do Brasil garantir o ensino das línguas indígenas e seus processos próprios de ensino-aprendizagem, este direito fica restrito às escolas das aldeias, localizadas em terras indígenas (TI). Logo, os indígenas que migram para as urbes têm somente o ensino escolar via língua portuguesa, o que leva os nativos a irem paulatinamente substituindo sua língua indígena pela língua dominante e, na maioria das vezes, neste contexto urbano, só há transmissão da língua portuguesa a novas gerações. Este cenário de perda linguística tende a piorar. José Carlos Levinho, diretor do Museu do Índio estima que “o Brasil corre o risco de perder, até 2030, um terço de suas línguas indígenas. Atualmente, os indígenas brasileiros falam entre 150 e 200 línguas e devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas. Um número expressivo de povos, inclusive na Amazônia, tem cinco ou seis falantes apenas. Nós temos 30% [das línguas] dos cerca de 200 povos brasileiros com um risco de desaparecer nos próximos dez ou 15 anos, porque você tem poucos indivíduos em condições de falar aquela língua”¹. Exemplo de língua extinta no Brasil é a língua Mura, e algumas das que estão criticamente em perigo são Anambé, Baré, Kaixana, Tariano, Xipaia (Unesco, 2022).

Diante desta problemática, este trabalho visa mostrar um panorama da diversidade linguística no Brasil, especificamente no estado do Amazonas e discutir a Política Linguística para línguas indígenas. A ideia é mostrar quais iniciativas governamentais seriam possíveis serem adaptadas para à planificação e à normalização das línguas indígenas brasileiras, visando apontar os pontos críticos na política do Brasil, bem como as possíveis ações que devem acontecer para a política se tornar praticável. O respaldo teórico são os textos de Aryon Rodrigues (2002); Bessa Freire (2003), Hellen Simas, Regina Pereira e Raynice Geraldine (2022) e os documentos norteadores da política linguística no Brasil.

1. Diversidade Linguística no Brasil: retrato de um contexto linguístico em extinção

Quantas línguas indígenas existem no Brasil? Esta pergunta, apesar de simples, não tem uma resposta exata, pois o Governo Federal do Brasil ainda não realizou um levantamento sociolinguístico amplo e com metodologia linguística em nível nacional. Por isso, pesquisadores, de forma isolada, ou instituições governamentais (o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN) ou não governamentais (Instituto Socioambiental - ISA) realizam levantamentos sociolinguísticos regionais ou locais sobre o quantitativo de línguas faladas no Brasil atualmente.

Segundo dados do linguista Ayrton Rodrigues (2005), naquele momento existiam 180 línguas indígenas no Brasil, sendo que 50 famílias linguísticas estão na Amazonia; Moore (2011) aponta 150 línguas indígenas; já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) informa que são 274 línguas nativas, sendo 241 faladas em Terras Indígenas (TI), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2022) estima que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Os dados não são exatos porque, por um lado, cada uma dessas estimativas utilizou metodologia diferentes de registro de línguas. Assim, o IBGE, por exemplo, perguntou do informante qual língua ele falava e, mesmo que a resposta do informante tenha sido referente à variedade de uma língua, aquele dado entrou como sendo língua e não variante. Esta seria uma explicação para o IBGE ter dados mais altos sobre o quantitativo de línguas indígenas. Por outro lado, os levantamentos linguísticos foram realizados em anos distintos. O ano de realização da pesquisa é muito significativo, pois de um ano para o outro uma língua pode deixar de existir, pois no Brasil há língua com um ou dois falantes apenas.

Quanto a número de falantes, em síntese, os dados sobre número de falantes das línguas indígenas mais faladas no Brasil são os seguintes². Cinco línguas indígenas faladas no Brasil têm mais de 10 mil falantes (Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As línguas mais usadas no Brasil são o tikuna (com 34 mil falantes), o guarani kaïowá (com 26,5 mil), o kaingang (22 mil), o xavante (13,3 mil) e o yanomami (12,7 mil). Dessas cinco línguas, três (tikuna, guarani kaïowá e yanomami) têm ainda mais falantes, já que são usadas também por indígenas que vivem em países vizinhos,

Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; fora do Brasil, há comunidades Guarani na Argentina, Bolívia e Paraguai. Área total dos 6 estados: 579.112 km².

2. Tikuna: apresenta cerca de 50 mil habitantes, que vivem no Amazonas, sobretudo às margens do rio Solimões. Eles são considerados o maior grupo indígena que vive na região.

3. Caingangue: reúnem cerca de 45 mil pessoas. Estão em quatro estados do Brasil: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Área total dos 4 estados: 579.112 km².

4. Makuxi: encontram-se, em grande parte, no estado de Roraima. Cerca de 30 mil indígenas vivem em aldeias e pequenas habitações isoladas pelo estado. Vivem também na Venezuela e Guiana. A extensão Roraima é 223.645 km².

5. Guajajara: cerca de os 27 mil Guajararas moram no estado do Maranhão. A extensão deste estado é 330.983 km².

A grande maioria das línguas indígenas (87%) estão ameaçadas de morte; as línguas com dez mil falantes ou menos encaixam-se nessa categoria (Rodrigues, 2008). As mais faladas entre estas são as duas seguintes:

6. Embiá (10 000 falantes). O embiá é uma variante do guarani falada em sete estados: Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de Argentina e Paraguai. Os falantes do embiá também se comunicam em português.

7. Nheengatu (3 000 falantes). Conhecida como a Língua Geral Amazônica —pois era usada por indígenas de diferentes etnias, além de caboclos—, é derivada do Tupinambá. O idioma foi adotado pelo povo Baré, do Amazonas, após o sumiço da própria língua.

As línguas indígenas brasileiras classificam em dois troncos linguísticos, Tupi e Macro-Jê, e em 42 famílias linguísticas, dez das quais constituem o tronco Tupi e doze integram o tronco Macro-Jê (Rodrigues, 2013), dez mais são línguas isoladas (Franchetto, 2021) e 10 outras são famílias linguísticas isoladas. O tronco Tupi é essencialmente amazônico, porque todas as línguas deles são de povos que vivem na Amazônia. Já o tronco Macro-Jê é tipicamente não amazônico, pois das doze famílias nele incluídas, apenas duas, Rikbaktsá e Jê, têm línguas dentro da Amazônia. No Brasil, temos também línguas consideradas “isoladas”, ou seja, são membros únicos de suas famílias genéticas, sem nenhum parentesco identificável com outros idiomas. Línguas isoladas são o Tikuna (Amazonas, AM), Trumái, Irântxe (Mato Grosso, MT, respectivamente); Aikanã,

Kanoê, Kwazá, Máku (Rondônia, RO, respectivamente) (Museu-Goeldi, 2022).

Uma tentativa de salvaguardar as línguas indígenas do seu entorno, alguns municípios brasileiros co-oficializaram línguas indígenas, de forma que atualmente existem treze línguas indígenas co-oficializadas, conforme dados da Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política linguística - IPOL (2023):

Esta política começou no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em 2002, quando as línguas Baniwa, Neengatu e Tukano foram co-oficializadas. São Gabriel da Cachoeira é o município do Brasil mais indígena por ter sua população formada por 23 povos indígenas, falantes de 16 línguas, que representam 90% da população do município (Agência Amazônia, 2022).

No Amazonas como um todo há 72 povos indígenas falantes de 29 línguas (FEP 2000), como destaca a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas):

Na capital do estado, Manaus, apesar de ser um grande centro, segundo a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPI-ME) (2015), existem 34 etnias indígenas, as quais estão distribuídas em 51 bairros da cidade (Mustafa / Simas / Cardoso, 2021). Conforme levantamento de Martins e Lima (2018), sabemos o número de falantes de treze dessas línguas indígenas. A principal reunião de indígenas em Manaus é no Parque das Tribos, local localizado no bairro Tarumã. O Parque das Tribos, criado em 2014, reúne em torno de 26 etnias (Mustafa 2018), formando uma comunidade indígena multiétnica e multilinguística, na qual vivem 280 famílias (Mustafa / Simas / Cardoso 2021).

Diante de tamanha riqueza linguística, surgem algumas perguntas: como o Brasil tem atuado em termos de política linguística para salvaguardar as línguas nativas? Passemos a discutir tal questão, considerando tanto os instrumentos jurídicos e as ações de planejamento e normalização linguística.

2. Políticas linguísticas versus Políticas Educacionais no Brasil

Podemos afirmar que, no Brasil, no decorrer de sua história, existiram dois tipos de políticas linguísticas: política linguística de substituição linguística e a política de manutenção linguística. A primeira existiu, em termos teóricos, desde o período do contato, em idos de 1.500, até criação da nova Constituição em 1988. A política de substituição linguística visava tornar o Brasil monolíngue em língua portuguesa. A política de manutenção e fortalecimentos lin-



guísticos, em termos jurídicos, passou a existir em 1988, quando a Carta Magna assegurou em seu Artigo 210, inciso 2, o direito aos povos indígenas de usarem suas línguas e processos próprios de ensino-aprendizagem: “§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (JusBrasil, 2023, 1).

O primeiro destaque a fazer sobre a questão da política linguística no Brasil é que estes indígenas não têm escolas bilíngues (português/língua indígena), em áreas urbanas. Este direito se faz presente somente nos territórios indígenas ou Terras Indígenas (TI), em escolas das comunidades. Isto é, o Brasil tem dificuldade em reconhecer o direito individual dentro dos direitos coletivos. Por isso, o direito ao ensino-aprendizagem das línguas nativas fica restrito aos territórios indígenas. Situação que coloca o indígena em condição desfavorável, porque se decide morar nas urbes não terá apoio do Estado para manutenção linguística de sua língua nativa. Dessa forma, vemos que o direito linguístico individual dos indígenas apesar de estar associado aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros não é respeitado. Logo, o Estado nacional, na prática, ainda impõe aos indígenas a política de substituição linguística por não garantir em

todo território nacional o ensino-aprendizagem das línguas tradicionais.

Para além da constituição brasileira, existem outras leis que tratam do ensino de línguas indígenas no Brasil, a saber: as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), no. 9.394/1996, a qual garante a oferta da Educação Escolar Indígena, bilíngue e intercultural às comunidades indígenas; o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI), 1998, que trata da pluralidades e da diversidade no Brasil e orienta sobre como construir um currículo bilíngue, multicultural e específico para as escolas indígenas; Resolução Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica - CNE/CEB, n.º 03/1999, de 10 de novembro de 1999, a qual criou a categoria Escola Indígena instituiu as Diretrizes Curriculares para as Escolas Indígenas; Lei no 10.172, que cria o Plano de Educação e nele determina metas específicas para as escolas indígenas; Decreto N.º 6861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais, os cujas fronteiras não correspondem às TIs e nem as fronteiras dos Estados, é um território político e educacional com finalidade de reunir povos indígenas cujo cultura, língua e interesses educacionais sejam comuns ou compartilhados. Por fim, destacamos a Resolução CNE/CP n.º 01/2015, de 07.01.2015, que criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores

Índigenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio, a partir do Parecer no. 14/CNE-CP, de 2014.

Ressaltamos que há outras leis relacionadas à Educação Escolar Indígena, mas que não destacamos por nosso enfoque ser voltado às políticas linguísticas. A única lei dentre as citadas que abrange escolas fora dos Territórios Indígena é a Lei 11.645/2008, que instituiu o ensino da história e das culturas afrobrasileiras e indígenas nos currículos oficiais das escolas brasileiras. Considerando o exposto, fica claro que há uma fragilidade para de fato se resguardar as línguas nativas por seu ensino-aprendizagem acontecer somente nos territórios indígenas.

Também é possível notar que as leis brasileiras são leis voltadas para políticas educacionais e não para políticas linguísticas, isto é, não existe lei no Brasil que legisle sobre as línguas indígenas, como, por exemplo, existe na Espanha, onde, em 1978, o estado espanhol garantiu o uso das línguas minoritárias em suas comunidades autônomas, segundo dispõe a Constituição. No Brasil não houve oficialização de línguas indígenas nos Estados brasileiros e, muito menos, oficializou-se uma língua indígena em termos federais. Houve somente, como dito antes, co-oficialização de treze línguas em municípios. Por isso, podemos afirmar que não há uma política linguística clara e bem definida no Brasil, as questões linguísticas são tratadas dentro da política educacional voltada aos povos indígenas e dentro da legislação de alguns municípios.

Quando passamos do campo teórico legislativo para o campo prático de planejamento linguístico das línguas indígenas e implementação do planejamento, a situação é ainda mais crítica no Brasil. Primeiro, não se tem levantamento sociolinguístico oficial do Governo Federal sobre a situação das línguas indígenas. Os poucos levantamentos que são realizados são provenientes de ações individuais de pesquisadores ou de instituição como a IPOL, que tem realizado censo e diagnósticos linguísticos de algumas línguas indígenas e não indígenas.

Embora, como se depreende deste histórico, o número de pesquisadores venha crescendo, esse crescimento não se correlaciona diretamente com a cobertura das necessidades mais urgentes da pesquisa das línguas indígenas. Os trabalhos realizados são em grande parte fragmentários, associados a dissertações de mestrado, sem que tenha havido oportunidade, para os respectivos autores, de dar continuidade à pesquisa. Também projetos de maior fôlego têm ficado inconclusos, ou passaram a alongar-se excessivamente, devido a contingên-

cias profissionais e outras, inclusive às dificuldades de financiamento (Rodrigues, 2005: 38).

Sem o conhecimento sobre a realidade linguística não se pode caminhar para definição de um planejamento linguístico. Como saber que passos dar para a revitalização de uma língua, por exemplo?

3. Planejamento linguístico para línguas indígenas: uma proposta em construção

Alguns fatores são relevantes para desenhar uma proposta de política linguística no Brasil. Um deles é o conhecimento sobre as situações sociolinguísticas das línguas indígenas. No Brasil, podemos apontar quatro tipos de situações sociolinguísticas: i) povos indígenas monolíngues em língua portuguesa; ii) povos indígenas monolíngues em língua indígena; iii) povos indígenas bilíngues, os quais podem ter como primeira língua (L1) a língua portuguesa ou podem ter como L1 a língua indígena e iv) povos indígenas multilíngues, como os Baniwa, que são falantes de Baniwa, Kuripako, Nheengatu, Português e Espanhol (Simas 2019). Então, o ideal seria falar em políticas linguísticas e não em uma única política linguística, pois a política linguística a ser eleita dependeria da situação linguística do povo indígena e esse só possível a partir da realização de um levantamento sociolinguístico, qual seria o primeiro passo para a efetivação de uma política linguística.

Considerando os citados contextos linguísticos pode-se pensar, por exemplo, em política de implantação de uma língua indígena junto àqueles povos indígenas que perderam sua língua nativa no decorrer do processo colonizador e são monolíngues em português. Os Potiguara escolheram a língua tupi para ser ensinada em suas escolas. Falamos em política de implantação de uma língua, por este povo não ter mais falantes da sua língua ancestral – Tupinambá – há mais de duzentos anos. Já entre os povos monolíngues em língua indígena, a política linguística poderia ser promoção do bilinguismo em língua portuguesa e língua indígena, posto que estes povos precisam adquirir a língua portuguesa para ter acesso aos seus direitos enquanto cidadão brasileiro. Entre os povos indígenas bilíngues, mas, em contexto de bilinguismo de substituição linguística da língua indígena pela portuguesa, a política linguística seria, possivelmente, a política de revitalização linguística. Nestas situações, a língua nativa é falada pela geração mais idosa, por isso é possível se falar em revitalizar. Entre os povos multilíngues, localizados nas fronteiras entre Brasil, Venezuela e Colômbia, a política em

prol de multilinguismo seria a ideal. Exemplo de implementação desta política aconteceu entre os povos indígenas falantes de Baniwa, Tikuna e Nheengatu. Em 2002, o município de São Gabriel da Cachoeira co-oficializou as citadas línguas. Assim, objetivou fazer as línguas serem usadas nos órgãos públicos e ensinadas nas escolas.

Após esta etapa, é necessário para uma proposta para a efetivação de uma política linguística no Brasil que haja envolvimento dos governos brasileiro em nível federal, estadual e municipal, pois entendemos que co-oficializações de línguas em nível nacional ou estadual garantia mais recursos e envolvimento da administração pública. O Brasil, portanto, precisa criar uma Lei que torne as línguas indígenas equiparáveis à língua portuguesa, fazendo-a ser também língua da educação primária e secundária e língua da administração pública, ou seja, a co-oficialização precisa deixar de ser municipal e tornar-se federal.

Claro que, devido ao grande número de línguas indígenas, não é plausível co-oficializar todas, primeiro é necessário se estabelecer os critérios para determinar qual (ou quais) das línguas indígenas co-oficializar: a que tem maior número de falantes? A língua franca Nheengatu, por já exercer este papel de língua de comunicação entre povos indígenas na Amazônia? As línguas mais faladas por região do Brasil ou por território etnoeducacionais³? É importante um grande debate sobre o tema com a participação dos povos indígenas e pesquisadores do assunto para se tomar esta decisão.

É importante, neste processo, a maior participação das universidades, para, por exemplo, contribuir com pesquisas sobre as línguas indígenas e na elaboração terminologias, livros didáticos e gramáticas, cursos de formação de professores e para novos falantes. Atualmente existem 20 cursos de licenciaturas indígenas no Brasil (Mec, 2023).

No Brasil, existe a Lei Federal de Cotas 12.711/2012, que obriga as universidades federais a oferecerem um número de vagas em todos os cursos para indígenas que tenham estudado todo o ensino médio em escolas públicas. Algumas universidades também criaram um vestibular específico para indígenas, a exemplo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No entanto, os processos seletivos não são realizados em língua indígena. Com a co-oficialização de línguas indígenas em nível federal, uma mudança possível seria a possibilidade de aplicação de vestibular na língua indígena co-oficializada. Isso também levaria as universidades brasileiras a pensarem na criação um plano de normalização linguística, que oriente os usos e os



3 “Cada território etnoeducacional compreenderá, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontinuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados” (Brasil, 2019, p. 2).

âmbitos das línguas portuguesa e indígena na universidade, a exemplo da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, que criou o seu próprio plano de normalização linguística para as línguas galega e castelhana a partir da participação e consenso entre a comunidade académica, bem como a pensarem em línguas indígenas como matéria obrigatória no ensino universitário.

Outro passo importante para o planeamento linguístico, seria a criação do Departamento Geral de Política Linguística responsável pela organização e criação de ações para descrição e promoção das línguas indígenas e Serviço de Normatização Linguística, que seria responsável pela tradução, correção e assessoramento linguístico aos povos indígenas.

Demais ações práticas para fortalecimento das línguas dentro do planeamento linguístico seriam: Ministração de cursos de língua indígena para os servidores públicos para facilitar o apoio técnico a eles; Licença de formação para os professores se capacitarem na língua indígena; Criação de campanhas de rádio, tv e web em prol línguas indígenas no Brasil e Utilização das línguas indígenas nas instituições públicas, seja escrita seja oral.

Assim, fica claro que o Brasil precisa assumir uma Política Linguística Federal por meio de leis, retirando-a das sombras da legislação de educação escolar, para que as leis possam possibilitar e respaldar a criação de departamentos que tratem especificamente do tema e respaldarem um planeamento linguístico.

Considerações finais

Portanto, diante do exposto, são necessários marcos legais federais que estabeleçam e orientem como co-oficializar as línguas indígenas e como tratá-las nos âmbitos das administrações públicas federais, estaduais e municipais, universidades, escolas, tv, rádio etc, bem como é necessário a criação de um plano que apresente uma proposta para enfrentamento das situações de perda e extinção das línguas indígenas. O Brasil precisa valorizar a diversidade linguística que possui e criar uma política linguística para salvaguardar as línguas indígenas e torna-la praticável por meio de planeamento linguístico ■

Referências

- Azeredo, F. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6aed. Brasília: Editora UNB, 1996.
- Agência Amazônia. No Amazonas, São Gabriel da Cachoeira se torna Capital Estadual dos Povos Indígenas. Disponível em: <https://aamazonia.com.br/no-am-sao-gabriel-da-cachoeira-se-torna-capital-estadual-dos-povos-indigenas/Acesso> em: 11.03.2023
- Brasil, Decreto Nº 6.861, de 27 de Maio de 2009. Disponível em: [https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm). Acesso em: 11.03.2023.
- Baniwa, Gersen Luciano. A Gênese Da Educação Escolar Indígena No Rio Negro - Um Processo Não Concluído In: Educação escolar indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas / organização Flora Dias Cabalzar. — São Paulo: Instituto Socioambiental ; São Gabriel da Cachoeira, AM : Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, 2012
- Freire, José Ribamar Bessa. Da Língua Geral ao Português: para Uma História dos Usos Sociais das Línguas na Amazônia. Tese de doutorado, 2003. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3AAbessa-freire-2003/bessa_freire_2003.pdf Acesso em: 11.03.2023.
- Franchetto, Bruna. Curso Línguas Vivas: Uma Introdução aos Conhecimentos das Línguas dos Povos Originários No Brasil, 2021.
- Jusbrasil. *Artigos da Constituição*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649501/artigo-210-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 08.02.2023.
- IPOL. Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Linguística. Disponível em: <http://ipol.org.br/direito-linguistico/>. Acesso em: 07.02.2023
- Lima, Ademar dos Santos Lima; MARTONS, Silvana Andrade. A situação das línguas indígenas no município de Manaus. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 18, n. 35, p. 139-160, jan./abr. 2018. Disponível em: https://ddpm.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Artigo_03_Tellus_Qualis-A1-1.pdf Acesso em: 11.03.2023.
- Mec, Licenciaturas Indígenas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/licenciatura-indigena#:~:text=Os%20cursos%20de%20licenciatura%20ind%C3%ADgena,pa%C3%ADs%20exclusivo%20para%20essas%20popula%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 11.03.2023.
- Mec, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998;
- Musel Geold. Mapas. Disponível em: http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpeg/portal/?page_id=268. Acesso em 20.08.14. 14h.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e suas pesquisas. In: Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0009-67252005000200018. Acesso em: 11.03.2023
- Simas, Hellen Cristina Picanço Simas. Desafios da Construção da

- Matriz Curricular para as Escolas Indígenas do AM. In: Albuquerque, Francisco Edviges. / Caldas, Raimunda Benedita Cristina. / Araújo, Marcilene de Assis Alves. Almeida, Severina Alves de. (Orgs.) Ensino de línguas numa perspectiva intercultural / Francisco Edviges Albuquerque / Raimunda Benedita Cristina Caldas / Marcilene de Assis Alves Araújo / Severina Alves de Almeida (Orgs.) Campinas, SP : Pontes Editores, 2016.
- Simas, Hellen Cristina Picanço Simas, Mustafa, Amanda Ramos Mustafa, Cardoso, Ytanajé Coelho. *O Ensino da Língua Nheengatu em Aldeias Urbanas de Manaus*. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/17331-Texto%20do%20artigo-52925-1-10-20210823.pdf>, acesso em 07.02.2023.
- Teixeira, Pery (Org). Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena. Manaus: UFAM, 2005.